

Iniciativas de desenvolvimento sustentável das comunidades da várzea do rio Amazonas/Solimões

2004



ProVárzea

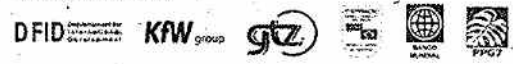


Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

Iniciativas de desenvolvimento sustentável das comunidades da várzea do rio Amazonas/Solimões

2004

ProVárzea 
Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea



Ministério do Meio Ambiente
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA
Muriel Saragoussi

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama
Marcus Luiz Barroso Barros

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7
Alberto Carlos Lourenço Pereira

Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros – DIFAP
Rômulo José Fernandes Barreto Mello

Coordenação-Geral de Gestão de Recursos Pesqueiros – CGREP
José Dias Neto

Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea

Coordenador - Mauro Luis Ruffino

Gerente-Executivo - Benedito A. Pessoa Reis

Perito - Darren Andrew Evans (DFID)

Perito - Wolfram Maennling (GTZ)

Assessoria de Comunicação - Marinês da Fonseca Ferreira

Equipe ProVárzea/Ibama

Adriana M. Magalhães, Albermaya Xabregas, Luiz Alexandre Chixaro Voss, Anselmo C. de Oliveira, Alzenilson S. Aquino, Antônia Lúcia F. Barroso, César V. Teixeira, Cleucilene da Silva Nery, Emerson C. Soares e Silva, Evandro Pires Leal Câmara, Flávio Bocarde, Joelcia C. Ribeiro de Figueiredo, Kate Anne de Souza, Marcelo D. Vidal, Marcelo Parise, Marcelo B. Raseira, Márcia G. da Silva Escóssio, Márcio M. Aguiar, Maria Clara Silva Forsberg, Mário Thomé de Souza, Marinês da Fonseca Ferreira, Natália Aparecida de Souza Lima, Núbia Maria Gonzaga, Raimunda Queiroz de Mello, Ricardo Pinheiro Lima, Rosilene B. da Silva, Simone N. Fonseca, Tatianna de Souza Silva, Tatiane P. Souza dos Santos, Urbano L. da Silva Júnior, Willer Hermeto Almeida Pinto.

ProVárzea 
Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

DFID Department for International Development

KfW group



Copyright © 2004 - ProVárzea/Ibama

Edição

Marli Teresinha dos Santos

Projeto Gráfico e montagem da Capa

Marco Tullio Tavares

Fotos de Capa

Banco de imagens ProVárzea/Ibama L. C. Marigo

Fotos internas

Banco de imagens ProVárzea/Ibama L. C. Marigo

Marli Teresinha dos Santos

Revisão

Henriette Motta Arantes

Catálogo

SANTOS, Marli Teresinha dos

Iniciativas de desenvolvimento sustentável das comunidades da várzea do rio Amazonas/Solimões - Marli Teresinha dos Santos - Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. 28p.

ISBN : 85-7300-174-7

1. Várzea. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Amazônia. I. Santos, Marli Teresinha. II. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. III. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea.

As opiniões, interpretações e conclusões aqui apresentadas são da autora e não devem ser atribuídas, de modo algum, ao Ibama/ProVárzea. O Ibama/ProVárzea não garante a precisão da informação incluída nesta publicação e não aceita responsabilidade alguma por qualquer consequência de seu uso.

Exemplares adicionais deste documento podem ser solicitados diretamente ao escritório do ProVárzea/Ibama. É permitida a reprodução total ou parcial do texto deste documento, desde que citada a fonte.

Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea - ProVárzea/Ibama
Rua Ministro João Gonçalves de Souza, s/nº - Distrito Industrial - Manaus - AM - Brasil
CEP 69.072-970 - Tel.: (92) 613-3083/6246/6754 - Fax: (92) 237-5616/6124
E-mail: provarzea@provarzea.ibama.gov.br
Site: <http://www.ibama.gov.br/provarzea>

Índice

1

Introdução..... 5



2

A abordagem dos “Meios de Vida Sustentáveis” 6



3

A várzea..... 8



Situação socioeconômica e ambiental da várzea..... 9

A várzea e a estratégia de sobrevivência..... 10

Esforço de pesca..... 12

Vulnerabilidades e potencialidades no ambiente de várzea..... 13

Choques e estresses..... 15

As potencialidades e o fascínio pela várzea..... 16

A participação da mulher..... 17

A pobreza na várzea..... 19

4

Iniciativas de desenvolvimento sustentável na várzea..... 18



Óleos essenciais..... 22

Búfalos..... 22

Educação ambiental indígena..... 23

Turismo na várzea..... 23

Abelhas nativas sem ferrão..... 24

A gestão participativa da várzea..... 25

O aumento da renda com a co-gestão..... 26

5 Impactos das iniciativas comunitárias..... 27



Introdução

A várzea do rio Amazonas/Solimões não espera decisões demoradas e unilaterais, continua a inundar periodicamente com a força das chuvas e será sempre um atrativo para homens e mulheres dispostos a enfrentar suas limitações. Mesmo com todo o seu fascínio, a várzea não fazia parte dos debates socioambientais até recentemente. Somente na década de 1990, começou a surgir interesse sobre a área, tanto por parte da sociedade civil quanto de governos e pesquisadores. A percepção da importância da várzea veio não só por seus serviços ambientais (seqüestro de carbono, manutenção da biodiversidade etc) que, naquela época, não eram muito comentados, mas pela capacidade da várzea de produzir alimentos, com destaque para o peixe, de produzir madeira, de proporcionar o extrativismo de óleos essenciais, de criar

gado e de gerar outras atividades econômicas. No crescente debate entorno da várzea não se pode deixar de fora as iniciativas de desenvolvimento sustentável das comunidades que ali habitam. Esta publicação trabalha justamente na divulgação da percepção da várzea, pela própria comunidade local e na divulgação das ações que essas comunidades vêm desenvolvendo para mudar a situação de desconforto existente. A publicação está em linguagem mais acessível aos tomadores de decisão dos diversos entes federados, técnicos do serviço público brasileiro, integrantes de Ongs e a quem mais interessar conhecer a várzea.

As pessoas entrevistadas para esta publicação, nas suas diferentes formas de explicar suas ações, apontaram para um real fortalecimento institucional de organizações públicas e da sociedade civil com vistas a um desenvolvimento mais sustentável, como fruto de um processo de mobilização de mais de 30 anos ocorridos ao longo da calha do rio Amazonas/Soli-

mões. Embora em alguns depoimentos dos representantes das instituições que executam projetos sociais na região se perceba uma dose de realismo; "sabemos que o que estamos fazendo não provocará grandes mudanças nas políticas públicas brasileiras a curto prazo, mas, com certeza, influencia diretamente a vida das pessoas que moram no local".

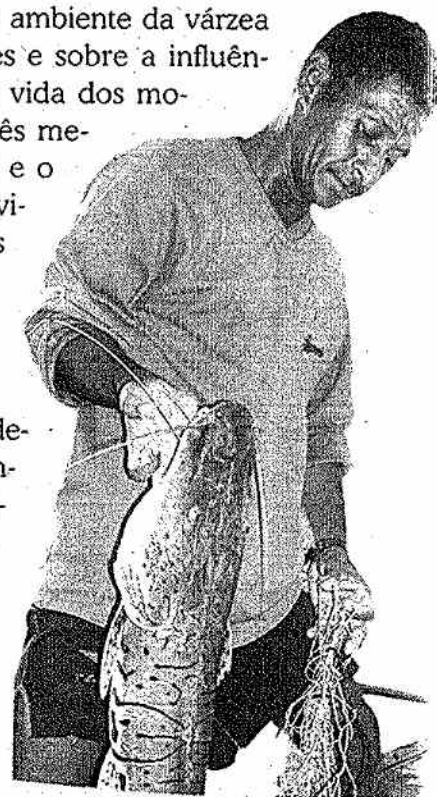
Vale mencionar também que as ações das comunidades organizadas foram analisadas sob a ótica da abordagem dos "Meios de Vida Sustentáveis" - MVS. A utilização da abordagem como um instrumento de análise das ações não

A várzea não fazia parte dos debates socioambientais até recentemente, somente na década de 1990, começou a surgir interesse sobre a área

implica em dizer que as comunidades estejam utilizando-a ou que essa abordagem seja a melhor ferramenta para este trabalho. Apenas permite que as iniciativas comunitárias sejam acompanhadas tendo como base uma série de

princípios, inseridos numa estrutura analítica.

As constatações sobre as iniciativas de desenvolvimento sustentável no combate à pobreza, descritas aqui, são frutos de análises sobre as ações realizadas no ambiente da várzea do rio Amazonas/Solimões e sobre a influência delas na condição de vida dos moradores da região. Em três meses, entre o final de 2003 e o início de 2004, foram ouvidos depoimentos de mais de 200 pessoas em 13 comunidades de cinco municípios dos estados do Pará e do Amazonas. Os depoimentos vieram de líderes comunitários, presidentes de organizações da sociedade civil, comunitários, pesquisadores, equipe do ProVárzea/Ibama, do Ibama e do MMA.



A abordagem dos “Meios de Vida Sustentáveis”

A abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis - MVS - é um sistema de trabalho que funciona como uma forma de pensar sobre objetivos, oportunidades e prioridades para o desenvolvimento, tendo como meta a eliminação da pobreza. No caso da análise das iniciativas desenvolvidas na várzea, ela está sendo usada no entendimento da complexa realidade dos pequenos e médios produtores rurais da região. A abordagem não é uma solução para todos os problemas de desenvolvimento e também não é generalista e ampla na execução das ações da mesma forma que é

no levantamento de dados, feito de forma holística.

Ela é composta por onze princípios básicos. A abordagem MVS é centrada nas pessoas, valoriza o potencial e os recursos delas, é participativa, é holística, vincula micro e macro, é dinâmica e flexível, é voltada para os impac-

tos, para a sustentabilidade, busca a inclusão social, reconhece questões de gênero, outras formas de diferença social e as relações de poder.

A abordagem MVS entende que a redução sustentável da pobreza só será alcançada se o auxílio externo atuar com as pessoas de forma consistente, com suas próprias estratégias de meio de vida

A abordagem é centrada nas pessoas, porque o processo é iniciado com a análise dos meios de vida delas e da forma como esses meios de vida mudam no decorrer do tempo. Ela envolve as pessoas e respeita suas opiniões; centra-se no impacto que as diferentes políticas e os dispositivos institucionais têm sobre as pessoas e as famílias e sobre as dimensões da pobreza,

conforme a definição dos próprios envolvidos. Apóia as pessoas para que alcancem seus próprios objetivos quanto aos seus meios de vida. E entende que a redução sustentável da pobreza só será alcançada se o auxílio externo atuar com as pessoas de forma consistente com suas próprias estratégias de meio de vida, seus ambientes sociais e sua capacidade de adaptação.

A abordagem MVS valoriza o potencial e os recursos das pessoas, não observa somente o



que falta. Desperta o potencial de cada um. É participativa, porque utiliza metodologias para estimular a participação. Garante que as pessoas tenham influência em todos os passos do projeto ou programa. Permite que o público sujeito se aproprie do projeto ou programa. Facilita a influência dos envolvidos na elaboração de políticas públicas. É holística, porque não se restringe a uma visão setorial, considera influências múltiplas. Possui múltiplos atores e múltiplas estratégias de meios de vida. Busca múltiplos impactos e tem uma análise holística com intervenções específicas.

Vincula micro e macro, porque identifica impactos das mudanças globais no cenário local. Analisa a influência dos atores locais no cenário mais amplo. Leva em conta a influência das instituições e das políticas públicas. Percebe a influência recíproca entre base política e base social e estimula as parcerias. É dinâmica e flexível, porque incentiva as iniciativas flexíveis, pois os meios de vida mudam ao longo do tempo, além de que o fato de ser flexível permite aproveitar oportunidades emergentes.

É voltada para os impactos e não somente para os resultados. Considera ações como meios e não fins. É voltada para a sustentabilidade, porque evita pressões imediatistas de curto prazo. Prefere que a sustentabilidade de um não implique na vulnerabilidade de outros. Busca a inclusão social quando promove a melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos. Promove a redução das desigualdades sociais (gênero, raça, etnia, classe, idade, orientação sexual, religião, localização geográfica, entre outras). Reconhece e valoriza as diferenças sociais, combatendo a discriminação.

Finalmente, reconhece questões de gênero e outras formas de diferença social quando analisa a situação local. Busca a equidade nas relações de gênero. Promove o exercício da cidadania e dos direitos e reconhece as relações de poder. Promove equidade nas relações de poder, o exercício da cida-

dania e dos direitos. Os princípios são imutáveis, mas a aplicação deles varia de acordo com a realidade local.

A abordagem tem também uma estrutura analítica que engloba a análise de recursos que são de vários tipos. No caso da abordagem, são cinco. Recursos humanos, como habilidades, conhecimento, educação, saúde, auto-estima, integridade, ética, fé, esperança, espiritualidade e outros. Recursos sociais e políticos, como família, amigos, colegas, associações formais e informais, contatos, sindicato, capacidade de influência, participação, mobilização e outros. Recursos físicos, como casa, escola, centro de saúde, transporte (público ou privado), água encanada, eletricidade, meios de comunicação, terreno (propriedade) e outros. Recursos financeiros, como poupança, salário, crédito, bens com valor de troca e outros. E, finalmente, recursos naturais: flora, fauna, qualidade do ar, água, solo, ciclos naturais e outros.

Os recursos registrados na comunidade não são, por si sós, um fim na análise do meio de vida sustentável da localidade. É fundamental saber as aspirações locais, avaliar o nível de interferência das políticas, instituições e processos, verificar a estratégia de sobrevivência usada pela comunidade, definir os resultados a serem alcançados e contextualizar as vulnerabilidades e oportunidades a que essa comunidade está sujeita. Portanto, é importante entender que um meio de vida não é sustentável quando leva em conta somente dinheiro e trabalho. Os demais recursos e as influências externas devem ser considerados. Este trabalho retrata a vida na várzea e as atuações de projetos que estão em consonância com a abordagem MVS.

São cinco os recursos da abordagem MVS.

- Dentre eles, os recursos humanos que são habilidades, conhecimento, educação, saúde, auto-estima, integridade, ética, fé, esperança, espiritualidade e outros

A várzea

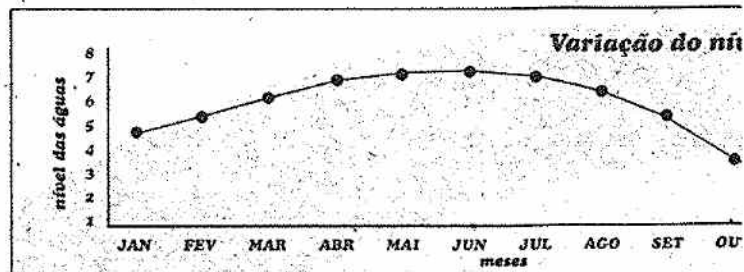
As definições do termo várzea mais encontradas dizem que várzeas são "áreas úmidas, periodicamente inundadas pelo transbordamento lateral dos rios e lagos, o que garante uma interação entre os ecossistemas aquáticos e terrestres". No caso do rio Amazonas/Solimões, a vegetação terrestre da várzea é predominantemente florestal, com algumas áreas de pastagens naturais entre lagos e restingas, ou nas margens de alguns rios. Nos lagos, há vegetação

Cerca de 53% da população rural dos estados do Pará e Amazonas vivem na várzea, onde a atividade econômica principal é a pesca

Nesse ambiente, a pesca é a principal atividade econômica e o peixe, o principal alimento dos moradores ribeirinhos. Na área do estuário, a atividade econômica mais importante é a exploração da madeira, com uma estimativa de 10% da produção da Amazônia Legal. A pecuária está em processo de expansão, com rebanhos bovinos e bubalinos. A atividade extrati-

ção flutuante formada por macrófitas. A vegetação influencia na vida aquática, com o fornecimento de alimentos e sementes, mas também abriga para peixes e outros animais. Os solos são considerados um dos mais férteis da região em função dos sedimentos trazidos e depositados todo ano pelas inundações.

Na área do estuário, a atividade econômica mais importante é a exploração da madeira, com uma estimativa de 10% da produção da Amazônia Legal. A pecuária está em processo de expansão, com rebanhos bovinos e bubalinos. A atividade extrati-

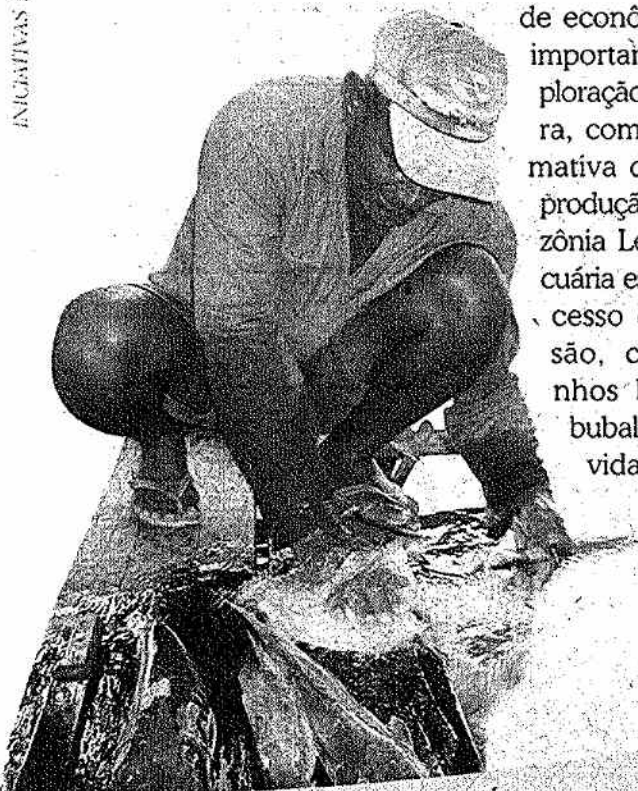


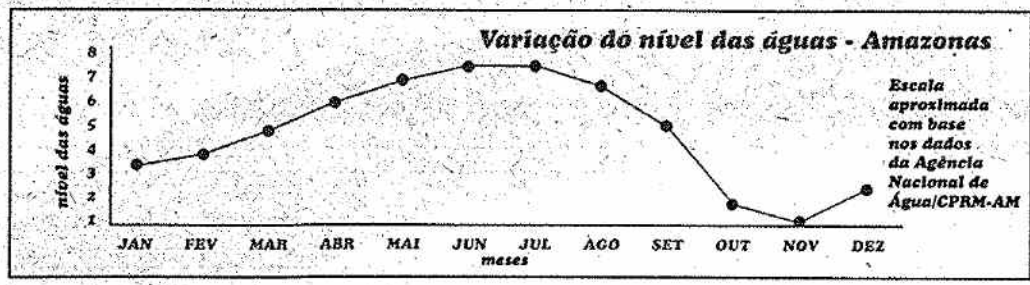
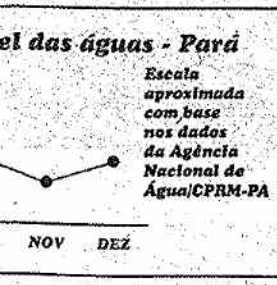
vista florestal não-madeireira, como extração da borracha, do palmito do açaí, de frutos e de óleos essenciais e medicinais, também faz parte da economia da várzea, assim como a agricultura de subsistência e o ecoturismo, porém, em menor escala do que o peixe e a madeira.

A população da várzea da parte brasileira do rio Amazonas/Solimões está estimada em 1,5 milhão de habitantes, segundo dados disponíveis sobre os municípios que estão sob influência deste ecossistema, excluindo Manaus e Belém. Neste número, constam também os habitantes de terra firme desses municípios. A população, na maior parte, não possui título das terras onde moram, devido às áreas pertencerem à Marinha brasileira, por estarem nas margens de rios e lagos sob a influência das marés, ou por serem "bens da União". Para serem "donos" dessas posses, os moradores realizam diferentes formas de negócios jurídicos, embora à margem do sistema legal, como parcelamentos, arrendamentos e outros.

Portanto, a área de várzea é, pela legislação brasileira, de domínio público federal. A legislação informa a possibilidade de uso dessas áreas por populações ribeirinhas e pequenos proprietários, desde que o uso seja por interesse social. Em pesquisas realizadas recentemente sobre a situação jurídica e fundiária da várzea, há uma indicação da necessidade de adequação da legislação para atender a várzea, principalmente, porque, "somente com modificações na legislação, será viável conservar as populações tradicionais da várzea, através de possíveis utilizações sustentáveis deste ecossistema".

No entanto, essa várzea, considerada um dos ecossistemas mais ricos da bacia amazônica, é palco de um processo de desenvolvimento que está provocando a degradação progressiva da área, tra-





zendo problemas ambientais e conflitos sociais. As causas identificadas por esse processo são a falta de políticas específicas para promover o desenvolvimento sustentável, a deficiência do sistema de monitoramento e de controle por parte de órgãos governamentais e a falta de estratégia específica para o ecossistema de várzea.

Situação socioeconômica e ambiental da várzea

A várzea do rio Amazonas/Solimões, de uma forma geral, pode ser caracterizada em dois ambientes socioambientais: o alto Solimões e o baixo Amazonas. O alto Solimões possui áreas mais preservadas, uma menor densidade demográfica, uma menor quantidade de movimentos sociais, a maior parte com pouca experiência, e um número maior de unidades de conservação que o baixo Amazonas. No baixo Amazonas, as pessoas têm mais acesso a créditos, as áreas são mais urbanizadas, existe mais diversidade econômica, de ambientes, mais conflitos pela dificuldade de acesso aos recursos naturais, meio ambiente menos preservado e movimentos sociais mais fortes do que no alto Solimões.

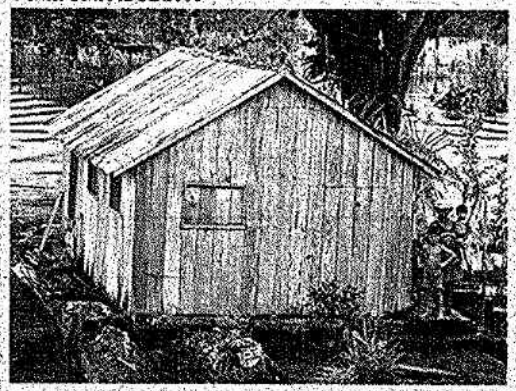
Um ponto comum, nas duas regiões, é que em ambas se deve levar em conta, na elaboração de políticas públicas, "que, há muitas gerações, as áreas inundáveis vêm sendo utilizadas por populações da Amazônia tanto no período de seca quanto de cheia". No entanto, para a manutenção da vida humana nessas áreas, será necessário também conservar o ecossistema para que ele não perca sua riqueza original.

Outro ponto comum das áreas do alto Solimões e do baixo Amazonas é a "ânsia pela chegada do

População da várzea Amazônica em comparação com a população rural dos estados do Pará e Amazonas

Na várzea do rio Amazonas/Solimões, vivem 1,5 milhão de habitantes, o que corresponde a cerca de 54% da população rural dos estados do Amazonas e do Pará. Nesses estados, vivem 9.013.217 pessoas, sendo 2.817.252 no Amazonas e 6.195.965 no Pará. Só na zona rural do Estado do Pará, moram 2.073.864 habitantes. Já na zona rural do Estado do Amazonas, vivem 706.006.

Fonte: Censo IBGE 2000



A várzea pode ser caracterizada em dois ambientes socioambientais: alto Solimões e baixo Amazonas

Os administradores públicos e líderes locais que atuam na várzea expressam uma ânsia pela chegada do desenvolvimento econômico

parte da população de uma forma geral. O que há é uma manifestação de que as situações de desconforto precisam ser solucionadas ou minimizadas com medidas urgentes por parte do poder público. Muitas famílias lutam com poucos recursos financeiros para se manter, o que leva, principalmente, os líderes locais a defenderem a chegada na região de grandes empresas que possam oferecer emprego para os moradores e ampliar os recursos públicos com pagamento de impostos.

No ambiente de várzea, o desenvolvimento econômico, como desejado acima, parece distante, ainda mais que já foi experimentado com a sucessão de ciclos de produção que não resistiram muito, como o da borracha, o da juta, o do cacau e outros. A ascensão e a decadência desses ciclos econômicos de produção têm vários fatores, a maior parte devido a fatores do ambiente externo, ligados a dificuldades de acesso a mercado e surgimento de produtos similares a preços competitivos em outras regiões.

De uma forma geral, o que se percebe, na várzea, é a existência de agrupamentos residenciais pequenos, chamados de comunidades, por possuírem uma organização comunitária, geralmente uma associação, uma igreja e com regras de convivência. Este tipo de organização é fundamental para o encaminhamento de denúncias ao poder público local e uma forma de os comunitários reivindicarem a presença do Estado. Em resumo, a divisão em duas grandes regiões,

alto Solimões e baixo Amazonas, é só uma forma de melhor especificar a várzea, pois é sabido que cada localidade, cada comunidade tem suas próprias características.

progresso, isto é, do desenvolvimento econômico, especialmente industrial". A expectativa é expressa principalmente pelos administradores públicos e líderes locais. No entanto, não há um desejo de desenvolvimento industrial por parte

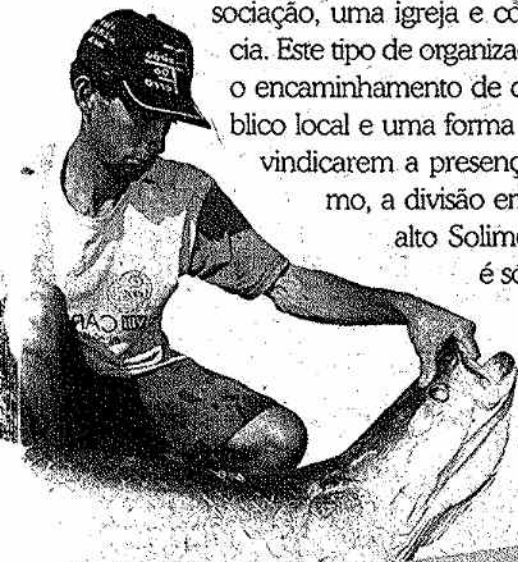


A pesca é uma das estratégias de sobrevivência dos moradores da várzea

A várzea e a estratégia de sobrevivência

A estratégia de sobrevivência das pessoas da várzea é baseada em meios de vida usualmente complexos, variados e muito dependentes do vigor físico. Em cada localidade da várzea, a estratégia de sobrevivência é baseada em duas atividades principais que variam de acordo com a região. Em alguns lugares, é baseada na pesca de camarão e na extração da madeira, em outros, na criação de gado e pesca, no extrativismo do açaí e agricultura e, às vezes, na pesca e na agricultura. O trabalho assalariado quase não existe. Poucos têm uma renda fixa mensal que é garantida principalmente por transferência de recursos do governo federal, com aposentadorias e benefícios sociais como bolsa-escola e outros. Assalariados são, basicamente, os trabalhadores do município, especialmente professores e agentes de saúde que, no máximo, chegam a cinco por comunidade.

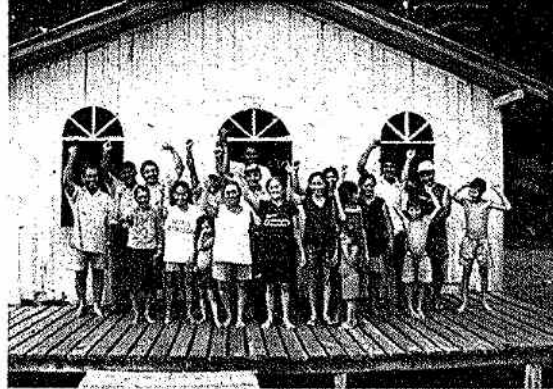
Um fator que influencia a estratégia de sobrevivência na várzea é a garantia da posse da terra. Isso ficou claro nos depoimentos dos moradores de São João do Jaburu, no município de Gurupá, Estado do Pará. Eles discutiram sobre a estratégia de sobrevivência, em reunião realizada no final de janeiro de 2004. Nos depoimentos, ficou evidente que, havendo direitos seguros à propriedade da terra e acesso a recursos naturais, há o encorajamento para investimentos de longo prazo por parte das fa-



mílias. Ou seja, os meios de vida que dependem dos recursos naturais dependem de direitos seguros à propriedade da terra para ter sustentabilidade.

Um outro meio de vida a ser mencionado é que, embora os entrevistados freqüentemente criem galinhas, patos ou porcos, sem o intuito de vendê-los, algumas vendas eventuais podem ser efetuadas. As aves e porcos geralmente são abatidos no período chuvoso, porque se torna dispendioso mantê-los no inverno (na região, há somente duas estações: seca e chuva, verão e inverno respectivamente, veja quadro nas páginas 8 e 9). Chegando o verão, a alimentação pode se basear no peixe ou em outros artigos comprados com o dinheiro da venda do peixe, dando tempo para que o número de aves e de porcos seja recomposto. A manutenção da criação, durante o inverno, é muito difícil, porque exige construções para proteger os animais da chuva e medidas contra as doenças. Assim os ribeirinhos lutam para manter alguma criação que não pode crescer demais e deve ser freqüentemente zelada para não 'minguar. Já o gado é considerado uma poupança, quase não o comem, comercializam-no quando precisam de dinheiro.

De uma forma geral, a qualidade de vida está diretamente ligada ao número de membros da família com capacidade para trabalhar. Mais pessoas, mais rendimentos e mais produtos colhidos. O rendimento familiar é extremamente difícil de ser mensurado, principalmente porque a produção é muito mais para o auto-consumo e, quando necessitam de algum produto, muitas vezes se valem do escambo. Num exercício de análise, uma equipe de pesquisa sobre a situação socioeconômica dos moradores da várzea, por meio de entrevistas, levantou, por exemplo, que, na região de Silves e Parintins, a renda anual por família gira de R\$12.074,00 (máxima) a R\$2.870,00 (mínima). As comunidades com acesso a dois ambientes, terra firme e várzea, aparentemente têm renda melhor. O meio de vida, na várzea, é ligado diretamente ao pólo de desenvolvimento de cada região. Este pólo é a cidade mais próxima, onde comercializam seus produtos e buscam serviços públicos.



Reunião em São João do Jaburu, em 30/01/2004

A estratégia de sobrevivência, segundo os moradores da várzea

São João do Jaburu, município de Gurupá (PA): "Nós só tínhamos duas estratégias de vida aqui, vender palmito do açaí e tirar madeira. Já cheguei a me desesperar e querer sair daqui. O meu sonho agora é cortar menos açaí e ganhar mais e ver todo mundo com o seu peixe, sem ter que invadir o terreno do outro. O que importa para nós é a renda e aí descobrimos novas formas de ganhar a vida. Se de todo canto entrar um pouquinho, no final dá muito".

"Na várzea, podemos aproveitar vários produtos. Muitas vezes não os utilizamos por falta de conhecimento. Daí a necessidade de assistência técnica. A nossa estratégia de sobrevivência está baseada na extração daqueles produtos que se está acostumado. Agora, esses produtos estão acabando e a gente não tem paciência para esperar produtos que demandam mais tempo. Não temos ainda a cultura da criação de animais e plantio, como fazer uma roça para fazer uma ração. Mesmo assim, no ano passado, meu vizinho criou frango que, com dois meses, chegou a pesar 2kg."

Fonte: entrevista com Raimundo Anacleto das Graças Chaves de Souza - "Graço" - e demais moradores de São João do Jaburu, em reunião realizada em 30/01/2004

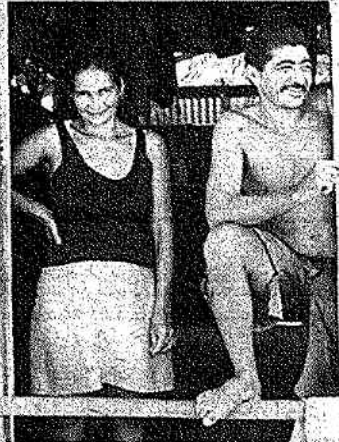
Havendo direitos seguros à propriedade da terra e acesso a recursos naturais, há o encorajamento para investimentos de longo prazo por parte das famílias

O trabalho do homem da várzea

Comunidade de Boa Esperança, em Marãã (AM):

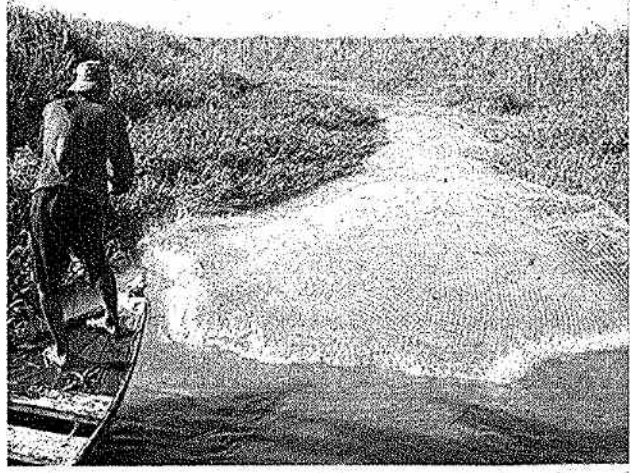
"O tempo que a gente demora na pescaria depende do peixe que se quer comer. Para pescar alguns tipos de peixe, a gente demora de 5 a 6 horas de trabalho e já para outros tipos, é só jogar a tarrafa e pegar. Não pescamos só os mais fáceis, porque a gente enjoa do sabor. Quando pescamos muito, salgamos para que o peixe agüente três dias. Dessa forma evita de sairmos todos os dias. Cultivo sete hectares de terra junto com meus filhos mais velhos. Por isso, preciso planejar bem o tempo, caso contrário não temos peixe para a família. Muitas vezes já fomos dormir sem jantar, porque não deu tempo para correr atrás dos alimentos. Nos casos mais graves, a gente cria uma rede de colaboração entre as casas em que os vizinhos fornecem alimentos para as famílias necessitadas".

Fonte: entrevista com Luiz Sérgio dos Reis, agricultor e pescador de sobrevivência, em janeiro de 2004



Luiz Sérgio e Dona Filó, sua esposa, na casa construída há um ano

Quase 50% das famílias pesquisadas trabalham na pesca sete dias por semana, em média 5 horas por pescaria



A estimativa é que, no Amazonas/Solimões, 60% da pesca é para o auto-consumo

Esforço de pesca

As pesquisas já realizadas apontam como estimativa que, no Amazonas e Solimões, 40% da pesca são comercializados e 60% são para autoconsumo. Cada pessoa consome entre 368g a 500g de peixe por dia. Só em Santarém, passam 4 mil toneladas de peixe por ano. No entanto, o esforço de pesca é imenso em comparação com o que se gera em benefícios. Em levantamento realizado no médio Amazonas, foi constatado que quase 50% das famílias pesquisadas trabalharam na pesca sete dias por semana, inclusive domingo e, em alguns casos, uma mesma família trabalha na pesca mais de uma vez por dia. O tempo médio por pescaria é de cerca de 5 horas, o mais comum é utilizar de 2 horas a, no máximo, 7 horas por dia para as atividades de pesca. Sobra pouco tempo para outras atividades, como capinar ou mesmo para as tarefas domésticas.

Quando saem para pescar e não conseguem retornar com o peixe, acabam comprometendo a alimentação familiar. A produção média por pescador, por dia de pesca, oscila, segundo a pesquisa, entre 6 e 12kg. Em algumas regiões, pescam menos no inverno e gastam mais combustível. No verão, esperam recuperar o prejuízo do inverno. O esforço de pesca varia de acordo com a espécie que se quer pegar. As espécies de maior valor econômico, como surubim, dourada, pacu, pirarucu, acari, jaraqui e tambaqui, dependem também da época de safra.

A criação de conselhos regionais de pesca, a organização de grupos de base e a elaboração de acordos de pesca contribuem para a

diminuição do esforço de pesca. No entanto, outros agravantes começam a surgir. Só na área da colônia de pescadores Z-20, na região de Santarém, existem cerca de 15 mil pescadores não sindicalizados, o que gera um conflito interno nas comunidades. O número é fruto do desemprego na região, o que leva novas pessoas para a pesca. Outro problema é que o pescador profissional produz muito, mas o custo é alto (gelo é caro) e o produto (peixe), barato. Esse pescador não tem relação de emprego e salário, mas de aviação, chamado de escravidão pelos comunitários. Mesmo assim, a avaliação dos pescadores é de que os conselhos regionais de pesca e os acordos de pesca representam uma grande vitória, uma revolução, porque reduziram a violência nos conflitos.

Os problemas relacionados à pesca foram minimizados nos últimos dez anos devido ao esforço do manejo de lagos. No manejo, mantém-se um certo ordenamento espacial em que algumas áreas são preservadas e mantidas sem atividade pesqueira. Os lagos de procriação são totalmente protegidos, os de manutenção, abertos apenas para a pesca de subsistência e, nos de exploração pesqueira, é permitido qualquer tipo de atividade. O sucesso do manejo de lagos depende da fiscalização do Ibama e/ou do trabalho dos Agentes Ambientais Voluntários - AAV*, o que, muitas vezes, não é realizado por falta de estrutura do órgão ambiental.

(*Os AAVs são grupos das comunidades que são capacitados para orientar sobre os meios de cuidar dos recursos naturais disponíveis na região. Eles são escolhidos pelos comunitários)

Vulnerabilidades e potencialidades no ambiente de várzea

As dimensões das privações vividas pelos habitantes da várzea são várias e significativas. Dentre elas, o isolamento geográfico devido a estarem em áreas remotas, sem comunicação, com dificuldades em manter contato com outras localidades e sem informações. O isolamento também se dá por estarem longe do acesso a serviços e mercado e há o isolamento por não

terem suporte econômico e social. Essas formas de isolamento os deixam vulneráveis, expostos a ameaças e com falta de meios para se defenderem, o que muitas vezes afeta a dignidade das pessoas.

A vulnerabilidade a doenças e acidentes é fator significativo na várzea, uma vez que a força física é preponderante para a estratégia de sobrevivência. Uma das causas dos problemas de saúde do ribeirinho é a ausência de saneamento básico, especialmente de água tratada, a falta de serviço de saúde pre-

A maioria dos produtores tenta assegurar a longevidade da posse da terra mediante pagamento de taxa no Incra

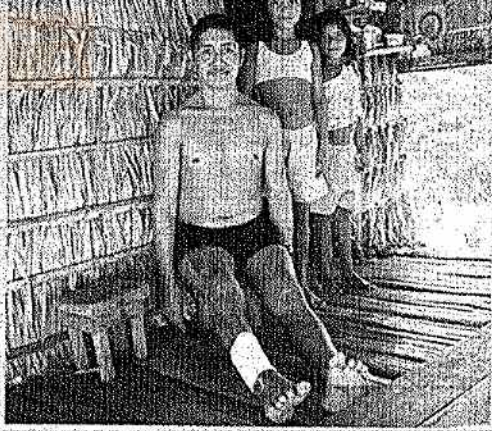


Honeiman, segunda geração à procura de terra

A falta de acesso à terra como fator de vulnerabilidade

Comunidade do Bacuri, em Tefé (AM):
 "Já sou casado, tenho 23 anos e ainda não tenho terra para produzir com tranquilidade. Tudo aqui pertence ao meu avô que já não mora mais aqui. Não podemos plantar muitas árvores, porque seria muito investimento para não termos direito. A terra perdeu o caráter de patrimônio, porque não serve para a gente repassar para os nossos filhos. O problema aqui é que falta reunião de família para reparar a terra, estamos mais desencorajados por causa dessa incerteza."
 "Aqui no Bacuri, somos vulneráveis às questões políticas, vulneráveis às doenças, como a malária que prostra o sujeito por vários dias, vulneráveis a acidente com cobra ou corte com alguma ferramenta, vulneráveis também à falta de terra".

Fonte: entrevista com Orlando Rodrigues e Honeiman Rodrigues, em janeiro de 2004



Valdecilo ainda sofre com os efeitos da picada de cobra

Picada de cobra, principal acidente na várzea

A agente de saúde de São Pedro, no município de Silves (AM), explica que "quando alguém sofre com uma mordida de cobra é um Deus nos acuda, um valha-me Deus, um desespero, porque a gente sabe que essa pessoa vai ficar com problemas para o resto da vida. Vai doer na mudança de lua, vai inchar, inflamar e sempre estará incomodando".

José Valdecilo estava escondido, descansando, num cantinho da casa de cobertura de palha, chão batido e só com um pequeno quarto construído sobre tábuas de madeira a um metro do chão. Ele foi chamado pela vizinha e agente de saúde para mostrar a picada de cobra para os visitantes. Tímido, ainda com dores e com marcas profundas na coxa e na canela da perna direita, ele explica o acidente que mudou sua vida.

"Já estou sem trabalhar há quatro meses. A cobra me picou em setembro de 2003 e até hoje não consigo andar direito. Foi uma cobra surucurana que me picou, quando descia do pé de tucumã. Cortei o pescoço da cobra com o terçado e esguichou sangue da cobra e da minha perna na mesma quantidade. Fui arrastando para casa e meu cunhado me levou de barco até o porto mais perto, onde a ambulância podia chegar. Fiquei um mês e meio no hospital em Manaus. Tive que fazer um enxerto na perna, retirando carne da coxa. É que foi colocada uma compressa de água quente na minha perna em Itacoatiara. Pediram para eu tirar quando incomodasse, desmaiei sem sentir a queimadura e o estrago foi grande. A minha esposa também ficou sem condições de dar suporte à família, porque estava comigo no hospital. A nossa casa ficou por conta dos filhos menores. Ficamos sem ter o que comer direito. Os vizinhos é que acudiram."

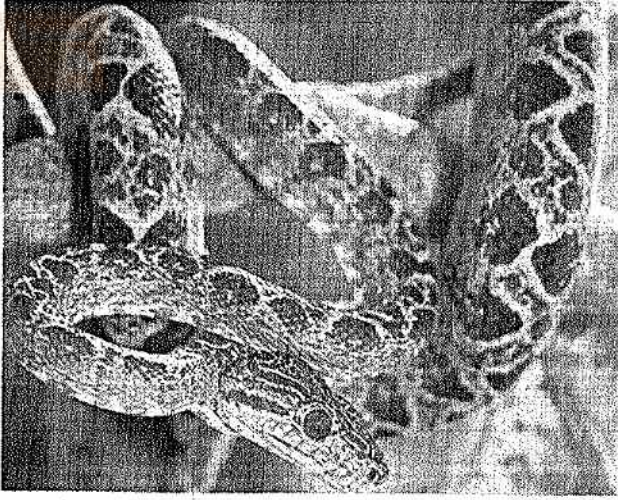
Fonte: entrevista com José Valdecilo Souza Amaral, em janeiro de 2004

ventiva, o hábito alimentar e a exposição a acidentes com animais silvestres e com ferramentas de trabalho.

Os limites impostos aos habitantes da várzea são vários e conhecidos dos ribeirinhos, mesmo que não de forma explícita. Dentre esse limites, há o do período de cultivo, somente possível na época seca; o dos riscos de ampliar a produção e perdê-la em função da inundação chegar e não haver tempo para colher; o limite do uso quase que somente da força de trabalho manual dos membros da família e, em consequência, da necessidade de formação de ajuris - mutirões de parentes e vizinhos para cuidar da plantação. Além desses limites, o da distância entre casa e roçado, muitas vezes exige horas de caminhada do trabalhador rural. Outro limite é a inexistência e inadequação de uso de animal de tração para facilitar o trabalho; o pouco espaço da canoa e da potência do motor para transportar mercadorias; o da distância a ser percorrida e do alto custo do combustível; o da fraca capacidade de compra dos consumidores das cidades e o limite das regras sociais que devem ser respeitadas para se integrar e se reproduzir como comunitário.

Outra vulnerabilidade é que a apropriação da terra não está respaldada em dispositivos jurídicos que assegurem a propriedade privada. A maioria dos produtores tenta assegurar a longevidade da posse, mediante pagamento de taxas de cadastramento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - ou na prefeitura. O pagamento indevido desta taxa vem sendo aceito pelos funcionários dessas instituições, em parte por pressão dos próprios ribeirinhos que acreditam que o recibo de pagamento é um documento comprovante da posse e também do exercício da atividade agrícola para efeitos de incorporação do direito à previdência social, por ocasião da aposentadoria.

A imposição de viver num local e não ter direito de propriedade completamente garantido às vezes afeta comunidades inteiras. As terras da comunidade do Bacuri, no Lago de Tefé, em Tefé, no Estado do Amazonas, são de posse de uma única pessoa que não mora mais ali. Os filhos do posseiro arranjaram o espaço de forma que cada um tenha em média dois hectares. Os netos estão sofrendo com a ausência de terra, apesar de trabalharem nela todos os anos. No local, vivem



A exposição a animais silvestres é uma das vulnerabilidades que os habitantes da várzea enfrentam

180 pessoas, todos agricultores.

A ausência de serviço público na área de educação provoca um desarranjo social. As comunidades estão ficando velhas, os jovens saem para estudar nas cidades próximas. Dificilmente se vê o retorno para a várzea dos alunos que foram estudar na cidade. As meninas voltam com filhos para serem criados pelos avós. Há, ainda, a tendência de as comunidades próximas das cidades irem para a zona urbana a procura de serviços públicos, como escola e atendimento à saúde, ficando na várzea apenas os homens para garantir a produção de alimentos. Existe um ponto de vista comum entre os moradores, o acesso a serviço público de qualidade pode diminuir as vulnerabilidades e contribuir para potencializar as oportunidades.

Choques e estresses

Os habitantes da várzea são submetidos a choques, no mínimo, a cada década. Esses momentos são lembrados e contados em todos os depoimentos dos moradores. Os choques são os períodos de grandes cheias, quando são perdidos os animais domésticos, a pesca fica difícil e o peixe não é encontrado. Outro choque pouco comentado, mas de igual significado, são os momentos de grandes secas. Um choque econômico atual é a redução significativa do repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM -, por parte do governo federal. O FPM é a principal fonte de recursos de municípios pequenos, ainda sem arrecadação própria. Esta redução é um choque muito grande para

Cheia e seca como momentos de choque

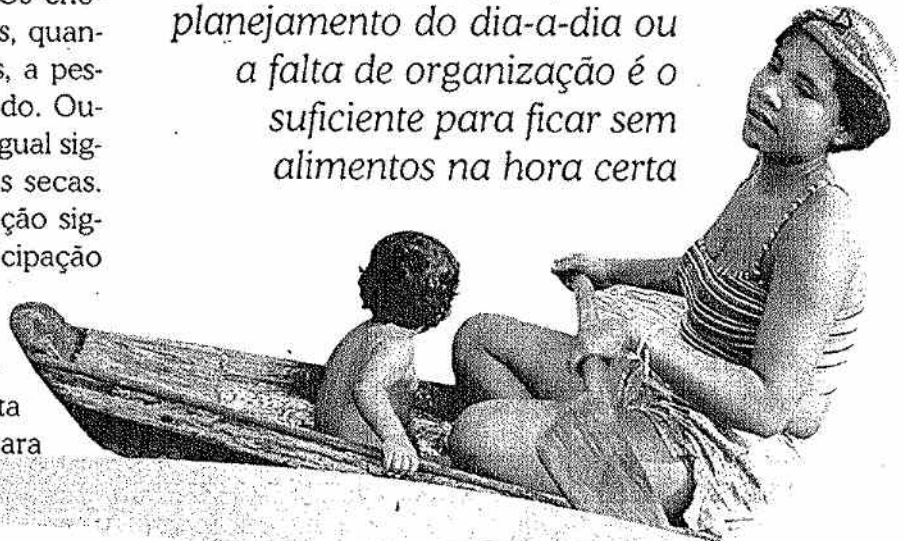
Raimunda Monteiro Viana mora na comunidade de Santa Maria do Rebojão, em Silves (AM). Ela é uma mulher vaidosa que enfrenta sozinha a lida da casa, da roça e da comunidade. É uma líder. O marido é professor e fica quase o tempo todo longe do dia-a-dia da casa. Chateada porque queria estar com os cabelos penteados e arrumados quando os visitantes chegassem, mesmo assim ela contou sua história e logo começou a falar sobre os momentos de grandes dificuldades. "Morar na várzea é melhor na seca, na cheia, só a gente que está acostumada agüenta. Ainda têm os momentos de grandes cheias, quando a gente pode perder até a casa. Em alguns lugares, as pessoas têm que fazer dois pisos dentro da casa, um mais alto do que o outro, para guardar os móveis e dormir, porque o primeiro chão já foi inundado. Dentro de casa é um calor insuportável e fora, somente a água. Há muita fome, porque também se perde a roça".

Momentos de seca também são difíceis.

Bento Ribeiro dos Santos, da Aspac, em Silves, comenta que, "numa área em que a via de transporte é a hidrovía, nos momentos de seca, não há como se locomover. A seca traz mais prejuízos. Atravessar dois quilômetros entre uma comunidade e uma cidade próxima é um tormento, porque não há estrada e o trajeto deve ser feito a pé no meio da lama. Já vivi momentos assim e é muito triste, a gente olha longe e vê o lago seco e o rio seco, os bichos morrendo e a gente sem ter o que fazer".

Fonte: entrevista de Raimunda Monteiro e Bento Ribeiro, em janeiro de 2004

A simples falta de planejamento do dia-a-dia ou a falta de organização é o suficiente para ficar sem alimentos na hora certa



Os desafios de se viver na várzea

Os desafios de se viver na várzea são significativos. Exige flexibilidade e capacidade de improviso. Luiz Sérgio da comunidade de Boa Esperança, em Maraã (AM), resume a vida na várzea da seguinte forma: "Aqui a gente encontra muita dificuldade para sobreviver, para conseguir peixe para comer, plantar uma roça e para comprar alimentos. A simples falta de planejamento do dia-a-dia ou a falta de organização é o suficiente para ficar sem alimentos na hora certa. Os produtos agrícolas estragam facilmente. O cupuaçu, por exemplo, não tem como beneficiar por falta de energia elétrica. O abacate, a gente colhe até 8 mil frutos e vende para o atravessador que paga o que ele quer, R\$7,00 o cento. Na cidade, a gente compra açúcar, café, óleo, arroz e feijão. O sabão é feito aqui para o consumo. O serviço na roça é difícil e pesado. Mesmo assim estou planejando plantar café, cana-de-açúcar e arroz. Já cultivo sete hectares no total, dois e meio hectares com pupunha e açaí, três hectares com lima, tangerina, cupuaçu, abacate, castanha do Brasil e um e meio hectare de mandioca". Mesmo tendo tudo isso, Luiz Sérgio, as vezes, não tem tempo de buscar comida. A família passa da hora de comer.

Fonte: entrevista com Luiz Sérgio, em janeiro de 2004



Um dos filhos mais novos de Luiz Sérgio (primeiro da esquerda) na roça de mandioca

As populações não querem sair da várzea, querem ter alternativas de sobrevivência, melhorar a escola, o serviço de saúde, a infraestrutura e continuar ali

as comunidades da várzea, porque representa o fim dos já precários serviços públicos oferecidos aos moradores da localidade. Nos últimos anos, a redução do FPM foi significativa, deixando as prefeituras em situação muito difícil, no que se refere a recursos financeiros.

Além dos choques periódicos, os habitantes da várzea vivem anualmente momentos de estresses coletivos com as cheias anuais. Os estresses familiares são constantes, com as dificuldades de saúde vividas por alguns dos membros. Uma forma de superar os momentos de choques e estresses é o fortalecimento dos recursos das comunidades, como recursos humanos, sociais, financeiros, naturais e, de certa maneira, os recursos físicos, de forma que as pessoas possam enfrentar os momentos de choques e estresses sem dilapidar seus meios de vida.

As potencialidades e o fascínio pela várzea

As dificuldades da várzea não afastam os moradores, porque há também vantagens em se morar no local. É um porto seguro, segundo eles, apesar das vulnerabilidades. O ambiente é considerado ideal para produzir alimentos e criar os filhos. As diferenças sociais também não são tão grandes na várzea. Quase todo mundo vive igual, segundo os próprios moradores. No entanto, o padrão social de renda, baixo, médio e alto, é visto pela própria casa, tipo de telha, por exemplo, bem como pelos eletrodomésticos, como televisão, pelo motor de popa e pelo barco de madeira de 12 metros. Pouquíssimas famílias têm televisão e as que têm são as assalariadas.

As populações não querem sair da várzea, querem ter alternativas de sobrevivência. Estão aprendendo os direitos, deveres e benefícios de se organizar. Querem melhorar a escola, a saúde, a infra-estrutura local e continuar ali. Surgem alternativas criadas pelos comunitários para suprir a ausência do estado. Toda sexta-feira, em São Paulo do Coracy, no município de Maraã, Estado do Amazonas, as pessoas se reúnem para fazer a limpeza da comunidade, tirar o lixo, roçar o mato,

Muitas mulheres da várzea se viam como marginais ao processo socioeconômico e cultural, como pessoas desvalorizadas por serem pobres, analfabetas, mulheres e perdidas



A várzea é ambiente considerado ideal para produzir alimentos e criar os filhos

arrumar o ambiente. A atividade é organizada pela associação. A pessoa que não participa paga R\$1,00. O dinheiro fica na associação para cobrir as despesas emergenciais.

Não é qualquer pessoa que pode morar na várzea. Algumas comunidades impõem regras claras. Em Boa Esperança, em Maraã, Estado do Amazonas, a regra para mudar para lá é uma avaliação da comunidade e, geralmente, são autorizados somente os parentes de algum morador. Se há conflitos, os dirigentes do local pedem para a pessoa sair. As potencialidades da região são muitas. No local, podem ser cultivados cacau e açaí, por exemplo, com o aproveitamento de todos os seus subprodutos. O turismo, em algumas partes, é uma esperança em função da beleza da região. Pode até haver criação de gado, desde que se respeite o sistema de várzea. É uma região propícia para produzir alimentos.

A participação da mulher

Muitas mulheres da várzea se viam como marginais ao processo socioeconômico e cultural, como pessoas desvalorizadas por serem pobres, analfabetas, mulheres, negras e perdidas na sua própria identidade. A realização de alguns projetos sociais provocou uma transformação e algumas dessas mulheres passaram a se entender como pessoas, com uma riqueza de conhecimento sobre seu ambiente, o que lhes ajuda a viver e conviver com os limites do ecossistema local. O processo foi doloroso e recheado de muitos conflitos: "Antes de sermos reconhecidas nas matérias da imprensa, havia um preconceito muito grande. Havia até uma

O retorno à várzea

Raimundo Rosa, de Gurupá (PA):

"Já estava trabalhando em Macapá, com carteira assinada e tudo. Estava casado e já com filhos. Estava triste e preocupado, vivendo na cidade. Tinha medo de não dar conta de sustentar os meninos, quando cheguei para a minha mulher e disse que o melhor seria voltar para a várzea antes que os filhos crescessem sem conhecer o que é trabalho e o respeito à natureza. Na cidade, eles não teriam condições de ter os luxos que os rapazes querem, como ir a uma festa, pagar a conta de bebidas para a namorada. A gente estava correndo o risco de os nossos filhos se transformarem em bandidos para andar na moda como outros rapazes. Hoje, na várzea, planto de tudo, tenho o meu barco com motor de centro e vejo que os nossos filhos respeitam a vida e são honestos". No geral, segundo o vereador de Gurupá e morador da várzea, Antônio Adauto Nunes dos Santos, os "povos da várzea não são tão dependentes do poder público, que só traz a escola e a assistência precária à saúde. Não é como na cidade, onde existe mendicância na porta da prefeitura para comprar gás, comida e para tudo quanto há. Há também a possibilidade de o morador da várzea obter alimentos fora da área da posse da terra, nos ambientes de mata e de lago. Em outros locais, se a gente buscar comida fora da propriedade da gente sem pagar, é roubo".

Fonte: entrevista com Raimundo Rosa e Antônio Adauto, em janeiro de 2004



A várzea permitiu ao seu Raimundo Rosa ter o seu próprio meio de transporte: um barco

A exceção da mulher como líder comunitária na várzea

Bernadete de Araújo, 37 anos, casada:

"Moro em Nova Jerusalém, em Maraã (AM), há 10 anos. Nasci no lago do São João do Catuá, em Tefé (AM). A minha mãe separou do meu pai quando eu tinha seis meses de idade, ficamos dois irmãos e seis irmãs. Morávamos na missão religiosa da Boca do Tefé. Era uma escola, seminário dos padres, antes era internato e hoje escola estadual. Eu trabalhava como professora de crianças e adultos. Por pedido da comunidade, fui trabalhar em Nova Jerusalém. Lá não tinha escola e as casas eram de palha. A comunidade fica em Maraã. Comecei o trabalho de conscientização da comunidade para mudar da várzea para a terra firme. Eles ficavam dependendo do aviador, do patrão, do regatão. Para mudar, conseguimos um terreno da prefeitura de Maraã. Em ajuri, construímos as casas. Fui ao Movimento de Educação de Base - MEB - para saber como montar uma associação, montar um estatuto. A vida melhorou, todos agora têm rabeta e não compram do regatão. Era muito precário. Só tinham 10 pessoas que sabiam ler e escrever. Hoje tem aula até a 8ª série e já tem turma formada. Agora, vamos construir a escola de alvenaria, quadra de esportes e fazer com que todos saibam ler e escrever. Existe conflito no lago do Acará. As pessoas de Nova Olinda, outra comunidade, entram e tiram peixe do lago de preservação. Sai uma média de 12 a 32 toneladas de peixe por mês, nos meses permitidos que são agosto, setembro e outubro. A organização do trabalho é o que traz conforto para as famílias. Quem é só pescador passa mais necessidade. Tem conflito religioso entre católicos, adventistas, pentecostais. Pobres? São pessoas desorganizadas que não fazem parte da associação, que não têm planejamento familiar, planejamento de trabalho e ainda sofrem com a falta de assistência por parte dos órgãos municipais. Já estou cansada de puxar a comunidade para reagir, mas infelizmente o paternalismo provocou a falta de iniciativa das pessoas. Achar que só é capaz quem está na frente. Não sabem se expressar. Tem dificuldade de falar, vergonha de falar. Não têm autoconfiança. Não conversam com os prefeitos."

Fonte: depoimento de Bernadete de Araújo, Tefé, janeiro de 2004



Bernadete incentiva a comunidade a sair do domínio do paternalismo



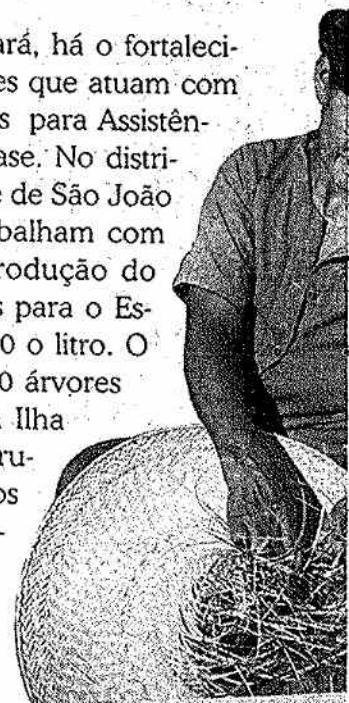
A produção de mudas de essências aromáticas é uma das atividades que garantem renda para a mulher

campanha na cidade em que diziam essas são macumbeiras, estão atrás de outro homem", lembra Regina Maria Célia Batista, da equipe de produção da Associação Vida Verde da Amazônia - Avive, em Silves (AM).

Grupos de mulheres estão sendo criados em quase todos os municípios. Em alguns lugares, cada comunidade tem um. Os motivos são vários, desde obter renda com a venda de artesanato, facilitar a realização de ajuris ou mutirões até aprender uma nova atividade. Um dos maiores exemplos de envolvimento e empoderamento feminino é o da Avive. Houve uma valorização da mulher dentro da família, no espaço doméstico. Elas dizem que agora têm coragem de deixar maridos e filhos em casa para participar de treinamentos e de feiras para a divulgação de seus produtos, sabonete, velas e óleos essenciais.

Em Gurupá, Estado do Pará, há o fortalecimento de grupos de mulheres que atuam com a Ong - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Fase. No distrito de Itatupá, na comunidade de São João do Jaburu, 23 mulheres trabalham com o manejo da andiroba e produção do óleo. Já venderam 100 litros para o Estado de São Paulo, a R\$16,00 o litro. O manejo consiste em deixar 20 árvores de andiroba por família. Na Ilha das Cinzas, também em Gurupá, as mulheres constroem os matapis - armadilha para pegar camarão -, organizam os ajuris e tomam parte das decisões políticas.

As mulheres que põem ro-



Grupos de mulheres estão sendo criados para, desde obter renda, facilitar a realização de mutirões até aprender novas atividades

cas sozinhas se fiam na rede de solidariedade existente na comunidade como estratégia de sobrevivência. A

troca de dia é comum. Geralmente, juntam três a mais famílias para fazer farinha. Alguns meses fazem farinha todos os dias e em outros não fazem. Nesta atividade as mulheres descascam e cevam a mandioca. A torrefação é tarefa de homem, demora quarenta minutos de intensa movimentação física para mexer a massa no tacho quente. No final, vendem por R\$0,60 o quilo na cidade e R\$0,50, na comunidade.

Apesar do avanço, as mulheres ainda não estão completamente livres para se expressar. Algumas só deram entrevista para esta publicação na presença dos maridos. No levantamento de relatos de doenças, realizado pela equipe de pesquisa sobre a situação socioeconômica na várzea, em 31 casas de quatro municípios do Estado do Pará (Gurupá, Porto de Moz, Almeirim e Prainha), as mulheres têm mais doenças registradas dos que os homens. Na resposta à pergunta sobre a existência ou não de doenças na família no ano anterior e quais foram as pessoas doentes, 17 famílias, das 31 entrevistas, responderam que a mulher esteve doente. Os casos citados foram de mioma e cisto no ovário, vômito e dor de cabeça, reumatismo, pressão baixa e anemia, derrame e hipertensão, malária, vermes, aborto espontâneo e outras. Não foi abordado, no levantamento, o porquê de a mulher registrar mais doenças do que o homem.

As líderes comunitárias são exceções. Raimunda Monteiro Viana, 37 anos, 9 filhos, é um exemplo de mulher empreendedora. Raimunda mora em Santa Maria do Rebojão, em Silves (AM). Nasceu na terra firme e sabe que a várzea é mais fértil, "só não nasce o que não planta", comenta ela. Além de cuidar da roça, pesca, administra o bingo comunitário para arrecadar fundos para a comunidade, toma conta do grupo de turismo do projeto com a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural -Aspac.

Vende toda semana pimenta na feira, chega a apurar R\$40,00 por sábado com esta atividade. Só não

sabe pescar com tarrafa, não vai dar esse "gosto" para os filhos, já que, com isso não sobria quase nada para eles fazerem.

O trabalho da mulher na várzea é pesado e requer vigor físico. No geral, dormem entre 9 e 10 horas da noite e acordam entre 5 e 6 horas da manhã. Trabalham na lida da casa, limpeza, preparação de alimentos, cuidados com os filhos menores, lavagem de roupa. Trabalham também na roça, pescam para o consumo. As mulheres, na roça, geralmente plantam, colhem e capinam, só não roçam, considerado serviço pesado. As que têm alguma atividade que gera renda, pescam camarão para vender, produzem artesanato e ou comercializam frutas e verduras, essas últimas em comunidades próximas às cidades. O lazer são as festas de formatura das crianças e religiosas, uma vez no ano. Futebol, só para os homens. A maioria das mulheres entrevistadas também não sabe nadar, fica em cima da tábua para lavar roupa no rio. As que têm TV, vêem novela à noite.

A pobreza na várzea

Pensando sob o ponto de vista da abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis - MVS -, os elementos que norteiam a sobrevivência de uma pessoa, como suas aspirações, a estratégia usada para sobreviver, os fatores do ambiente externo como vulnerabilidades e oportunidades e o entendimento de como se dão as políticas, convenções e relações sociais da localidade devem ter como atores protagonistas a comunidade local. Nesse sentido, a vida na várzea é entendida pelos próprios moradores dali com características claras de "isolamento, esquecimento e prisão". Estas palavras são a "tradução subjetiva para privações bastante objetivas: de transporte, falta de saneamento, de condições de trabalho e de moradia, em suma, ausência de cidadania".

Apesar disso, os ribeirinhos de certa forma se sentem ofendidos quando o tema abordado é a pobreza. Para eles, existe, sim, uma situação de desconforto com a ausência dos serviços públi-



O tempo como fator de restrição para uma boa alimentação

"A vida aqui é de muito trabalho para poucos braços"

Dona Filó, como é conhecida Maria Filomena Nunes de Freitas, de 37 anos, tem oito filhos, o mais velho com 20 anos e o mais novo, com dois. Dona Filó não estudou "digo algum nome, não sei ler nem escrever". A família de dez pessoas, com o marido, mora numa casa construída há um ano. O casal tem um quarto para eles e as crianças menores. O filho mais velho, já casado e com um filho, também tem um quarto reservado na casa. Os demais, filhos e sobrinhos, dividem a sala para dormir: em redes, armadas em fila e colocadas uma ao lado da outra, em número de três a quatro, na largura do cômodo. A sala, além de quarto coletivo, também funciona como cozinha. O grande espaço desse cômodo da casa não tem móveis, somente um fogão a gás, muitas vezes não usado, e uma mesa. Na parte de trás da casa, na área aberta da palafita, o fogão a lenha, construído há 40 centímetros do chão, é o mais usado. As pessoas sentam no chão e à noite deitam nas redes para dormir.

As crianças não merendam, passam o dia comendo frutas. No café-da-manhã, geralmente tomam café, quando tem, e comem pupunha cozida. O almoço é peixe com farinha. Quando tem "rancho", tem arroz e macarrão no cardápio. Muitas vezes vão dormir com a barriga vazia. "A fome...tem quando passa da hora de comer. A gente não tem comida quando não tem tempo de procurar, pescar, colher os frutos e ir à cidade comprar".

Fonte: entrevista com dona Filó, em janeiro de 2004

cos, como escolas, sistema de saúde, transporte, energia, água tratada e segurança pública. Neste caso, os moradores da foz do rio Amazonas estão "sofrendo", há mais de dois anos, com uma quadrilha de ladrões de barco, antenas parabólicas, motores de barco, e animais domésticos. Nas demais áreas da várzea, o tema segurança pública não aparece nos depoimentos. Há também a interpretação de que "a total falta de tratamento da água e do esgoto nivela a qualidade de vida entre aqueles que quase nada possuem e aqueles que podem comprar eletrodomésticos e ter uma vida de menor penúria".

O aspecto do desconforto, como preferem dizer, e não da pobreza, também é representado por "não ter o açaí para tirar a fruta e o palmito, não ter o camarão e o peixe para pescar,



Para os moradores da várzea não existe pobreza, existe sim, uma situação de desconforto com a ausência de serviços públicos

não ter solidariedade e viver num ambiente em que a associação esteja "desorganizada e sem participação". O fator de qualidade de vida para os moradores da várzea é poder trabalhar e formar grupos de pessoas solidárias, é ter o suficiente para comer, ter saúde e segurança. Outro aspecto levantado é o desconforto com a "apropriação ilegal de pedaços de terra por parte de empresários locais", o que provoca muitas vezes o "esgotamento de recursos naturais, seja pelo desmatamento para a retirada de madeira, para o plantio de capim, ou seja por outra forma qualquer de agressão ao meio ambiente. Para eles, existe uma estreita ligação entre ambiente preservado e qualidade de vida e ausência de "desconforto". Com a escassez de recursos naturais, os conflitos multiplicam-se.

No que se refere à alimentação, foi observado que a maior parte dos ribeirinhos faz uma única refeição por dia. Em muitos casos, nem isso. O padrão alimentar é basicamente composto de farinha e peixe. Os outros itens que se acrescentam são arroz, feijão, café e açúcar. Embora uns ribeirinhos consigam condições melhores de vida, a alimentação é sempre restrita, porque ou dependem da produção, ou do extrativismo, ou de tempo e dinheiro para ir à cidade fazer o "rancho".

A ausência de serviço de saúde também afeta os meios de vida dos ribeirinhos, principalmente porque estar bem é fator essencial para a produção de alimentos. Como há a ausência do Estado na região, é possível registrar problemas de saúde que se agravam por falta de tratamento preventivo. Em conclusão, o problema do ribeirinho e de "todo trabalhador que lida com os imponderáveis dos movimentos naturais é a incerteza do que conseguirão produzir no futuro".

Iniciativas de desenvolvimento sustentável na várzea

Na várzea do rio Amazonas/Solimões, os desafios são imensos, os modos de vida complexos e as demandas diversas, qualquer solução de problemas deve colocar as pessoas no centro do processo. Neste sentido, alguns exemplos de projetos implantados pela sociedade civil tendem a gerar alternativas econômicas para a comunidade. Muitos deles estão construindo as bases para o desenvolvimento sustentável na região, com ações que vão desde pesquisas científicas até o empoderamento de comunidades ribeirinhas. Neste tipo de trabalho, a participação das pessoas no processo é incentivada, o respeito às questões de gênero é levado em conta, com o apoio ao fortalecimento das mulheres.

Outra característica dessas iniciativas é o incentivo à co-gestão e ao manejo sustentável dos recursos naturais. De uma forma geral, os projetos buscam incentivar também a governança, para que não haja a gestão inadequada das instituições públicas, o que provoca custos particulares aos menos favorecidos, principalmente porque a disfunção institucional impede que os governos empreendam ações em benefício deles.

Embora as iniciativas da sociedade civil caminhem em direção ao desenvolvimento sustentável, muitos problemas ainda são sentidos. Um dos principais problemas é a deficiência do poder público em apoiar os trabalhos de gestão sustentável da várzea. As dificuldades de controle por parte do órgão ambiental, por exemplo, leva ao descrédito dos Agentes

Ambientais Voluntários. Outras dificuldades nessa área são a impossibilidade dos municípios em manter um mínimo de serviço público nas localidades. Além dessa situação, muitas organizações ainda não têm experiência suficiente para continuar suas ações após o fim do apoio financeiro que estão recebendo hoje de fontes diversas, pois falta estratégia de captação de recursos. A instabilidade das instituições da sociedade civil, tanto do ponto de vista financeiro quanto técnico, muitas vezes, desanima a comunidade. Mesmo assim, proliferaram as iniciativas do desenvolvimento sustentável na várzea do rio Amazonas/Solimões.

Na várzea, os desafios são imensos, os modos de vida complexos e as demandas diversas. Qualquer solução de problemas deve colocar as pessoas no centro do processo





As mulheres da Avive já estão exportando sabonetes para o Japão

Óleos essenciais

O "projeto comunitário de produção sustentável de óleos essenciais da várzea", da Associação Vida Verde da Amazônia - Avive -, criada em 1999, visa incentivar a mulher a trabalhar com produtos aromáticos da floresta, manejando o recurso de forma sustentável. A instituição agrega,

O projeto da Avive, de Silves (AM) é um dos exemplos de projeto que contribui para a geração de renda, empoderamento das mulheres e valorização das espécies vegetais nativas

principalmente, as mulheres da comunidade de Silves, no Estado do Amazonas, na produção de sabonetes, óleos e velas a partir de óleos essenciais. É um dos exemplos de projeto que contribuem para a geração de renda, empoderamento das mulheres e, ao mesmo tempo, para a valorização de espécies vegetais da várzea. Os recursos financeiros oriundos da venda dos produtos são divididos, 20% vão para as pessoas que trabalham e 80% ficam na Avive para o pagamento de matéria-prima e de

despesas com água, luz e telefone.

Uma parceria com o Sebrae possibilita a participação dessas mulheres em cursos de preparação de embalagens e de artesanato de modo geral. A associação conseguiu também a exportação de uma remessa de sabonetes para o Japão. Tudo isso exige esforço das mulheres que trabalham duro, conquistam prêmios e mostram resultados como compra de terrenos e construção de casa própria ao lado dos maridos. "A Avive foi pra mim uma escola. Antes eu era muito tímida, agora converso com qualquer pessoa", relata Maria da Conceição Ruso de Almeida, 43 anos.

Os produtos são vendidos em uma loja da Avive em Silves (venda média diária R\$400,00), em feiras e também para a rede de supermercados Pão de Açúcar, através do Programa Caras do Brasil que apóia a produção de artesanato de maneira sustentável em diversos estados brasileiros. São produzidos 200 a 300 sabonetes por mês para abastecer a loja em Silves e 300, para o Pão de Açúcar.

Os membros da Avive relatam que Silves já foi um verdadeiro jardim de árvores de copaíba e pau-rosa, mas hoje estão escassas, porque, durante muitos anos, foram derrubadas para a coleta de óleo. Além de estar preparando o reflorestamento, a Avive extrai o óleo de maneira sustentável, sem derrubar as árvores. Mesmo assim, foram construídos viveiros para produção de mudas com todas as espécies utilizadas na produção sustentável de sabonetes e velas (pau rosa, andiroba, copaíba, etc).

O projeto despertou a curiosidade de muitos habitantes da várzea. Segundo as mulheres da Avive, "os comunitários trazem novas plantas aromáticas para a gente, querendo saber para que servem". Neste caso, a Avive está solicitando às instituições de pesquisa testes dos princípios ativos. Existem também pesquisas incentivadas pela Avive sobre os usos de diversas espécies, como urucurana, copaíba, andiroba, tento, puxuri, cumaru e outras.

Búfalos

O projeto de manejo de búfalos na várzea é executado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa - em parceria com a comunidade. Trabalha com a recuperação de áreas de criatórios de búfalos, com orientação sobre a implantação de usinas de beneficiamento de leite, para que não haja perda do produto durante o transporte até o consumidor. O objetivo é superar a imagem negativa do búfalo como animal que prejudica as outras atividades na várzea, como a pesca. Pesquisadores da Embrapa dizem que a pecuária na Amazônia é um problema, mas acreditam que, se for manejada de forma diferente, poderá gerar renda e fornecer alimentos sem prejudicar o meio ambiente. O manejo de búfalo na várzea abriu espaço também para a liberação de crédito e propiciou a troca de experiências com os comunitários.

Educação ambiental indígena

A Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngües - OGPTB - atua desde 1986 no Estado do Amazonas, nos municípios de Benjamim Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Cerca de 500 professores indígenas receberam cursos de educação continuada, aperfeiçoamento em educação indígena e magistério indígena. Desenvolveram e tiveram aprovada pelo Conselho Estadual de Educação a proposta de inclusão da língua ticuna nos currículos das escolas de municípios da região. São realizados cursos de formação de professores duas vezes ao ano, com a participação de uma pessoa do Ministério do Meio Ambiente - MMA - que vem falar sobre o meio ambiente. Até hoje já foram produzidos 12 cartazes sobre o meio ambiente na língua ticuna.

Os mais velhos falam sobre como era o meio ambiente no tempo em que eram jovens. É o resgate da história oral do povo ticuna no rio Solimões, nos últimos 50 anos. A redução acentuada da caça e da pesca, o pouco esforço antes necessário para buscar alimentos e o esforço exigido hoje são alguns dos temas levantados pelos anciãos das aldeias. Os mais novos estão aprendendo que os recursos oferecidos pela natureza podem acabar. Através de cursos de educação ambiental e elaboração e produção de material didático, a OGPTB tem atendido a uma comunidade de mais de 35 mil índios da região que se encontram em aldeias que têm populações que variam de 400 a 3.000 indivíduos.

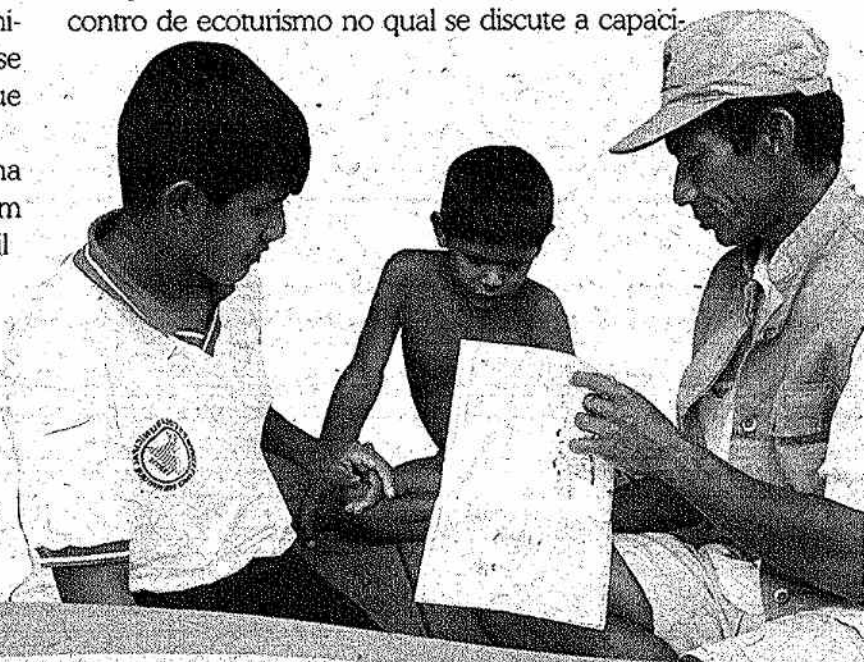
O crescimento da população também é uma preocupação dos líderes ticuna, que questionam como poderão alimentar aldeias com até 3 mil índios. Eles temem a falta de alimentos se não tomarem providências. O educador da OGPTB, Constantino Ticuna, chama atenção para a importância do trabalho que realizam, principalmente quando se refere à população de 35 mil índios. Para ele, "vão destruir, porque são muitos para o meio ambiente" e somente com educação e conscientização é que se pode resolver o problema.

Turismo na várzea

A Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural -Aspac- foi criada em 1993, em Silves, Amazonas. A Aspac administra o projeto de Conservação dos Recursos Naturais da Várzea através do Turismo Ecológico e da Gestão Participativa. As atividades vão desde o turismo ecológico, até a permacultura, passando pelo manejo de lagos. O projeto trabalha com ecoturismo em seis comunidades, permacultura em dez e educação ambiental em 13. Algumas comunidades atuam nas três atividades ao mesmo tempo. É a primeira iniciativa de turismo comunitário da região. Ainda não há um retorno financeiro significativo, mas há um empoderamento das comunidades e um maior envolvimento das mulheres.

As atividades turísticas principais ocorrem no período de estiagem, julho e agosto, com a chegada de turistas europeus. Grupos nacionais quase não visitam o local. Para sustentar as atividades ambientais, a Aspac construiu a pousada Aldeia dos Lagos em 1997. A pousada funciona como um ponto de recepção para os turistas que visitam as comunidades. A administração da pousada é realizada pela cooperativa, criada pela comunidade de Silves (Cooptur). Os 34 sócios se revezam no trabalho e recebem de acordo com o serviço executado. Anualmente, organizam o encontro de ecoturismo no qual se discute a capaci-

O povo ticuna está resgatando sua história oral no rio Solimões, nos últimos 50 anos





Pousada Aldeia dos Lagos: ponto de recepção para os turistas que visitam as comunidades da várzea

dade de carga das comunidades, o prato típico principal de cada uma e os preços das trilhas.

Em cada comunidade, existe um grupo de turismo local, responsável pela manutenção das trilhas, pela recepção ao turista, fornecimento de alimentação e pela organização do pernoite nas casas ou na mata, conforme o caso. As mulheres são atoras principais nesses grupos, em alguns casos são responsáveis por eles.

O projeto da Aspac é o primeiro da região que trabalha com turismo comunitário

O dinheiro arrecadado com as atividades de turismo pertence ao grupo local, parte dele é dividida entre os que trabalharam e com a organização comunitária para promover melhorias. Em Nossa Senhora da Conceição da Baixa Funda, o grupo de turismo resolveu investir na melhoria da cozinha para atender melhor ao turista. Para chegar onde estão, os conflitos foram muitos, principalmente porque a escolha de qual comunidade visitar é do turista e algumas comunidades não eram visitadas e outras recebiam turistas constantemente.

O trabalho de preservação do lago também é uma das atividades da Aspac. A educação ambiental é constante, com planejamento e execução das atividades em conjunto com a comunidade. Se esse trabalho de fiscalização de lagos e educação ambiental parar há o temor de que fiquem sem o alimento principal dos moradores da região, o peixe.

Bento Ribeiro dos Santos, coordenador do projeto, lembra que, durante três anos, entre 1977 e 1980, não havia peixe no mercado municipal de Silves, o alimento só dava para o consumo de alguns moradores da várzea. "Foi um período muito difícil, ninguém quer pas-

sar mais por isso", lembra.

A permacultura ainda não está incorporada ao dia-a-dia do agricultor da várzea. O projeto já capacitou 50 agricultores, mas muitos desistiram. Os que permaneceram na atividade estão conseguindo bons resultados. Cada comunidade tem dez chefes de família no grupo de permacultura, a maioria homens. O exemplo da atividade mostrou que a assistência técnica é fundamental. O projeto deu oportunidade para levantar questionamentos sobre a política pública agrícola para a região. Foram apresentadas algumas propostas na Câmara Municipal de Silves para expandir a capacitação rural, a assistência técnica e incentivar o reaproveitamento de recursos naturais na melhoria do solo.

Abelhas nativas sem ferrão

O projeto de manejo de abelhas sem ferrão é executado pela Fundação Djalma Batista, com apoio técnico de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa. O manejo de abelhas tem mudado o hábito das comunidades que antes só conheciam o extrativismo e, hoje, já reconhecem a importância das abelhas na fauna e na flora. Os próprios comunitários admitem que as árvores frutíferas da região estavam "minguando" e que uma das causas era a captura das abelhas polinizadoras.

O manejo de abelhas é feito em quatro municípios, sendo que cada um deles tem uma comunidade com cinco famílias desenvolvendo o trabalho. Ainda não foi registrado o impacto financeiro do projeto, porém a sua importância social é facilmente identificada no depoimento de algumas famílias. "Não estamos ganhando dinheiro com isso, mas já temos mel suficiente para o consumo da comunidade, o que já é uma economia de alguma maneira". No primeiro ano de atividade do manejo de abelhas, o potencial para a produção é de três quilos de mel por colméia.

A pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - Inpa, Gislene Carvalho, explica que o projeto disseminou os resultados das pesquisas sobre abelhas sem ferrão e abriu canais para novas parcerias. O primeiro

passo para a montagem de criadouros comerciais de abelhas sem ferrão para a produção de mel é montar um grupo de trabalho para a formulação de políticas públicas para o setor. Não existe ainda, segundo Gislene Carvalho, legislação específica para a atividade.

A gestão participativa da várzea

A gestão participativa dos recursos naturais da várzea é o gerenciamento dos recursos naturais, com divisão de responsabilidades entre os diversos grupos e instituições. Uma das formas de se fazer gestão participativa da várzea é por meio do manejo participativo, que tem como enfoque o papel da negociação entre diferentes grupos de interesses envolvidos na atividade de manejo. A discussão teórica sobre co-gestão surgiu na literatura, no final da década de 1980, como uma proposta para aumentar a legitimidade dos planos de manejo e buscar um diálogo de negociação entre os diferentes grupos de usuários.

Os desafios de uso dos recursos naturais são diversos. Dentre eles, o de manter o objetivo ecológico de conservação do recurso de forma balanceada com o objetivo social de segurança alimentar, justiça social e desenvolvimento econômico. Um outro desafio é o de o manejo de determinado setor (ex.: pesca) considerar o manejo de setores relacionados que afetam o habitat ou o padrão de atividades dos usuários (ex.: agricultura, pecuária). Um terceiro ponto é relacionado ao conflito entre os interesses de retorno imediato da exploração dos recursos e os interesses coletivos de retorno em longo prazo.

É importante lembrar que a co-

A comunidade não está ganhando dinheiro com o mel, mas já tem o suficiente para o consumo

Plano de uso do Jaburu

O plano de uso dos recursos naturais, elaborado pela comunidade de São João do Jaburu, no distrito de Itatupã, município de Gurupá, Estado do Pará, é uma das experiências de co-gestão das comunidades da várzea. Na localidade, vivem 42 famílias, cerca de 220 pessoas.

O plano de uso regulamentou a pesca, a caça, a extração da madeira, o roçado, a criação e o extrativismo de uma forma geral. Alguns, segundo Raimundo Anacleto, conhecido como Graço, foram pela idéia do grupo mais envolvido com a elaboração do documento sem "interiorizar a regra". Para esses que não incorporaram o plano, caso haja descumprimento do acordo, o primeiro passo é orientar. Caso haja persistência no problema, o caso é repassado para a Associação de Moradores, depois para a comissão de implantação do plano, formada por três pessoas e, se ainda assim não resolver, o caso é levado ao Ibama para providências. O objetivo do plano de uso é tecer orientações de como utilizar corretamente os recursos naturais, conforme a cultura local e a legislação.

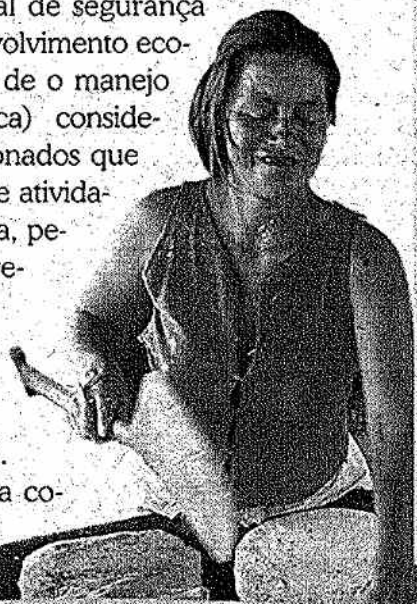
O plano de uso está sendo usado como exemplo até em conflitos que demandam a interferência do Ministério Público e do judiciário. O documento contém também tópicos de educação ambiental e segurança, como a proibição do envenenamento da árvore virola, principal madeira extraída na região, a recomendação para cobrir as luvas dos barcos para evitar escarpelamento e a proibição de jogar lixo no rio. O processo fez com que as pessoas se sentissem valorizadas e, portanto, mais responsáveis pelo cumprimento do acordo. O exemplo do plano de uso do Jaburu está incentivando os moradores da comunidade de Santo Antônio do Rio Fortaleza, também em Gurupá. O dirigente da comunidade, Gilberto Souza de Almeida, explica que a realidade deles é diferente, mas estão trabalhando no plano de uso, tendo como base o exemplo do Jaburu.

Raimundo Anacleto das Graças, Gurupá:

"No começo da elaboração do plano de uso, alguns reclamavam que o documento veio para dizer para comermos menos. Na verdade, o plano tem o objetivo de resgatar a qualidade de vida dos moradores daqui. Resgatar porque se a gente comparar com a que tinham os nossos pais não temos nada, fazemos hoje muito sacrifício para ter uma bôia (refeição) de peixe. Hoje, cerca de 60% do plano de uso estão sendo executado. O processo foi demorado, mais de seis meses de discussão, com o envolvimento de todos os órgãos do município de Gurupá, a comunidade e com a ONG Fase assessorando."

"A gente quer trabalhar com liberdade, mas dentro da educação ambiental. Se uma família tira 100 árvores por mês, queremos reduzir 60% do corte e continuar a receber o mesmo".

Fonte: entrevista com Raimundo Anacleto, Graço, em janeiro de 2004



gestão é um processo que surge de três eixos principais, o poder público, as comunidades locais e outros usuários.

O aumento da renda com a co-gestão

O trabalhador da várzea, de uma forma geral, não se mobiliza em torno do tema manejo sustentável ou co-gestão, por este estar distante de seus interesses maiores de produzir, alimentar-se e viver com dignidade frente à situação em que se encontra. O desafio é fazer com que haja uma aproximação do mundo técnico com a comunidade. Algumas iniciativas conseguem esta aproximação, mas não sem conflitos silenciosos, embora haja um objetivo comum: fazer com que as plantas e animais nativos cumpram múltiplas funções, econômicas, ecológicas, sociais, técnicas, culturais e estéticas. O manejo sustentável nada mais é do que ações baseadas em planejamento e pesquisa para uso e exploração equilibrada dos recursos naturais da várzea.

O manejo sustentável dos recursos naturais da várzea se baseia no fato de que os maiores interessados na biodiversidade sempre são aqueles que dependem dela. Tanto que a lida diária da população rural da Amazônia construiu uma intimidade surpreendente com a vegetação local, sendo ela nativa ou não. A família rural busca nas plantas remédios, alimentos para pessoas e animais, material para construção de casas e abrigos

para animais domésticos, combustíveis e até produtos ornamentais.

Alguns exemplos de manejo, de uma forma ou de outra, resultaram em aumento da renda das famílias envolvidas. O manejo da madeira e do camarão em Gurupá, realizado com a assistência técnica da Fase, exemplo de aumento de renda. O manejo do peixe em Tefé, Estado do Amazonas, e da extração de óleos essenciais em Silves, Estado do Amazonas, também contribui para o aumen-



O manejo sustentável do camarão permite o aumento da renda dos habitantes da várzea

to da renda familiar dos envolvidos.

Em Tefé, as comunidades trabalhadas pelo Grupo de Preservação e Desenvolvimento (GPD), uma vez no ano, fazem a pesca coletiva, geralmente agosto ou setembro, conforme o nível da água. Até os mais velhos ajudam. O senhor Raimundo Fernandes, de 66 anos, é o cozinheiro dos pescadores de sete comunidades do Setor Coracy na época da pesca comunitária, realizada dentro das regras do manejo de pesca. Na pesca comunitária do setor, os comunitários ficam 15 dias pescando. Gelo e gasolina são por conta do comprador. Na última pescaria pegaram principalmente o piracuru, mas havia também outros peixes. Venderam por R\$55.000,00, já receberam R\$15.000,00, referente a uma das parcelas combinadas. Cada pessoa ficou com R\$800,00 e um deles foi premiado com mais R\$100,00 por ter pescado mais peixes. As atividades de manejo incluem a plantação de árvores frutíferas nas margens dos lagos para os peixes terem o que comer. Mesmo assim, o coordenador do projeto diz que o manejo de pesca enfrenta problemas de comercialização.

O manejo do camarão em Gurupá já rendeu a redução do número de camarão por quilo e o aumento do preço do produto de R\$1,50 para R\$4,00 o quilo. Cada família hoje, em média, trabalha com 70 matapis (armadilha para pegar camarão). Antes do início do trabalho de manejo, eram mais de 100 matapis por família. O trabalho de manejo não é maior do que a pesca sem manejo, no entanto, exige disciplina. Tanto que, das 35 famílias envolvidas, dez desistiram. O segredo do manejo é usar viveiros, dentro do próprio rio, o que permite a liberação de camarões menores e a permanência dos maiores. O trabalho de manejo é acompanhado por monitores. No quadro ao lado, é possível ver o acompanhamento do manejo de 10 famílias da Ilha das Cinzas, entre 1997, a 2002.

Acompanhamento do manejo do camarão de 10 famílias, entre 1997 e 2002

1997	1999	2000	2001	2002
Número de matapis por família				
120	120	75	71	76
Número de camarões por kg				
400	300	230	194	243
Tamanho do camarão em cm				
4,5	6,5	8,7	8,6	9,2
Produção por família por kg				
800	560	562	721	680
Preço médio recebido por kg (R\$)				
0,7	1,60	1,50	1,60	2,00
Renda mensal por família (R\$)				
112	179	168	230	272

Impactos das iniciativas comunitárias

De uma forma geral, as iniciativas comunitárias de desenvolvimento sustentável incentivam a gestão dos recursos

naturais da várzea que, diretamente, são a fonte de subsistência e renda das comunidades da região. Em algumas áreas, já são percebidos impactos na qualidade de vida das pessoas, com melhora na alimentação das famílias e também aumento na renda, especialmente com a organização dos meios de produção de maneira sustentável.

As organizações da sociedade civil estão sendo fortalecidas com a implantação de projetos que permitem a capacitação de lideranças, mobilização das organizações de base, incentivo aos acordos de pesca e capacitação dos Agentes Ambientais Voluntários. De alguma forma, há um início de aproximação dos órgãos governamentais com a comunidade.

O resultado das várias iniciativas é que se está investindo nas pessoas e não só nas instituições, com a promoção do conhecimento através de capacitações. Houve o aprimoramento técnico na agricultura, na captura de peixes, na gestão

No futuro, espera-se que, devido às iniciativas comunitárias na região, haverá também impacto na melhoria de infra-estrutura por parte do poder público

de projetos e no incentivo à participação. Apenas o fato de a pessoa pertencer a uma organização e se envolver

com a execução de um determinado projeto já representa uma capacitação para a participação. O impacto nessa área foi o empoderamento das pessoas e a otimização das atividades de ecoturismo, pesca, educação ambiental, manejo de lagos, manejo de espécies vegetais e animais.

No futuro, espera-se que, devido às iniciativas comunitárias na região, haverá também impacto na melhoria de infra-estrutura por parte do poder público, especialmente porque haverá cobrança da comunidade que buscará mais presença do Estado nas áreas de saúde, educação e saneamento básico. Ainda não conseguiram resultados significativos no aumento dos recursos financeiros dos habitantes da várzea, embora esteja engatilhado o aumento da renda com o ecoturismo e óleos essenciais em Silves, manejo de camarão e madeira em Gurupá, além de geração de renda com a criação de abelhas sem ferrão e criação de búfalo de forma sustentável.

Em conclusão, a gestão da várzea tem ligação direta com a redução da pobreza e a diminuição da vulnerabilidade da população. Constrói também a equidade social e melhora a qualidade de vida. No entanto, os impactos maiores serão a longo prazo, como a melhoria da qualidade de vida dos pescadores, o fortalecimento institucional sustentável, a redução de vulnerabilidades e a efetivação da governança.

Mesmo assim, há mais esperança, especialmente com a construção de parcerias e a promoção da estabilidade de algumas instituições.



ProVárzea no caminho do desenvolvimento sustentável

A maior parte das ações comunitárias aqui retratadas é apoiada ou foi apoiada pelo Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea).

Para atuar na várzea, o ProVárzea, executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama -, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente - MMA -, rompeu com o paradigma conservador de projeto ambiental, que só trabalha com fauna e flora sem valorizar o ser humano presente no ecossistema, para atuar também na área de desenvolvimento humano e social.

O Projeto atua em uma dimensão geográfica significativa, quase 3.500km de extensão, nos rios Solimões e Amazonas, nos estados do Amazonas e do Pará.

Possui quatro componentes: estudos estratégicos, iniciativas promissoras, monitoramento e controle dos recursos naturais da várzea e unidade de coordenação do Projeto.

O ProVárzea/Ibama começou em 2000, com o objetivo de "estabelecer as bases técnica, científica e política para a conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais das várzeas da região central da bacia amazônica, com ênfase nos recursos pesqueiros". O Projeto tem previsão de término para 2007, sete anos de trabalho. Está na metade do tempo de execução e boa parte dos envolvidos entendem que ainda falta muito para compreender a várzea e para garantir um meio de vida sustentável para os habitantes desse ecossistema.

No entanto, estão cientes de que os caminhos abertos pelo Projeto resultam em medidas ambientais de preservação da várzea e também contribuem para minimizar a situação de desconforto, pelo qual passam os moradores da região.

Para maiores informações sobre a várzea, ver publicações do ProVárzea/Ibama no site:

www.ibama.gov.br/provarzea

Glossário

Ajuris	Trabalho em forma de mutirão, em que diversas famílias ajudam outra na produção rural.
Aviamento	Vender a prazo em troca de borracha, peixe e de outras mercadorias.
Bóia	Comida, refeição, rancho.
Escambo	Troca, permuta.
Estuário	Seção de um rio que flui para o mar e que está sob a influência das marés.
Luvax	Peça do motor do barco, que uma vez em funcionamento pode enroscar nos cabelos e provocar o escalpelamento.
Matapis	Covo ablongo e com abertura na base, usado para pegar camarão.
Patrão	Pretendo dono de uma terra na várzea que mantinha relação de empregador empregado com os moradores locais, num regime de quase escravidão.
Rabeta	Motor de barco de 5HP.
Rancho	Originalmente refeição para soldados. Usado na Amazônia para designar a compra de alimentos, realizada mensalmente pelos moradores da zona rural.
Regatão	Vendedor que percorre os rios de barco parando de lugar em lugar.
Roça	Terreno de pequena lavoura, em especial de mandioca ou macaxeira.
Cevax	Meter as raízes de mandioca em um equipamento, chamado caititu, para reduzi-las à massa de que se prepara a farinha.
Terçado	Fação grande
Terra firme	Porção alta do terreno, onde não chegam as inundações.

Lista de siglas

Aspac	Associação de Silves pela Preservação Ambiental Cultural
Avive	Associação Vida Verde da Amazônia
AAV	Agente Ambiental Voluntário
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GPD	Grupo de Preservação e Desenvolvimento
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpa	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
MEB	Movimento de Educação de Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MVS	Abordagem dos Meios de Vida Sustentáveis
OGPTB	Organização-Geral dos Professores Ticunas Bilingües
ONG	Organização Não-Governamental
ProVárzea	Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

A várzea do rio Amazonas/Solimões sempre atraiu uma gama significativa de moradores. Em 2000, esse número estava em cerca de 1,5 milhões de pessoas, nos seus 3.500km de extensão. Mesmo assim, somente na década de 1990 começou a surgir o interesse sobre a área por parte da sociedade civil organizada, dos governos e de pesquisadores. A percepção de sua importância surgiu não só pelos seus serviços ambientais (seqüestro de carbono, manutenção da biodiversidade, etc.), mas pela capacidade da várzea de produzir alimentos, especialmente o peixe, de produzir madeira, de proporcionar o extrativismo de óleos essenciais, de criar gado e de gerar outras atividades econômicas. Mesmo sem o interesse dos tomadores de decisão, os moradores da várzea desde a década de 1970, com o auxílio principalmente da Igreja Católica, estão se organizando e fortalecendo suas entidades representativas, o que culminou numa série de iniciativas de desenvolvimento sustentável.

Essas iniciativas estão incentivando, de uma forma geral, a co-gestão dos recursos naturais, que são a fonte de subsistência dessas pessoas. Esta publicação trabalha na divulgação da percepção da várzea pela própria comunidade local e na divulgação das ações que as comunidades vêm desenvolvendo para mudar a situação de desconforto existente. A maior parte das ações comunitárias aqui retratadas é apoiada ou foi apoiada pelo Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea/Ibama). A análise das iniciativas comunitárias foi realizada sob a ótica da abordagem dos "Meios de Vida Sustentáveis MVS", que permite entender melhor os recursos existentes (social e político, físico, natural, financeiro e humano) na várzea e a estratégia de sobrevivência da população local, sem deixar de observar os fatores externos que podem ameaçar ou potencializar uma iniciativa.

ProVárzea

Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea

ProVárzea/Ibama - R. Min. João Gonçalves de Souza, s/n - Distrito Industrial
Manaus - AM - Brasil - CEP: 69.072-970
Tel.: (92) 613-3083/6246/6754 * Fax: (92) 237-5616/6124
E-mail: provarzea@provarzea.ibama.gov.br
Site: www.ibama.gov.br/provarzea

